TRATADO INTERNACIONAL — CONSTITUIÇÃO — PRISÃO CIVIL

— *Os tratados internacionais não podem transgredir a supremacia da ordem constitucional brasileira.*

— *Legitimidade da prisão civil de depositário infiel.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recurso Extraordinário nº 252.748

Recorrente: Banco Bradesco S.A.

Recorrido: Equipamentos Hidráulicos Munck Ltda.

Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO

Despacho do Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº
252.748-3 (225)

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

RECTE.: BANCO BRADESCO S/A

ADVDS.: MATILDE DUARTE GON-
ÇALVES E OUTROS

RECDO.: EQUIPAMENTOS HIDRÁULI-
COS MUNCK LTDA

ADVDS.: SERGIO RIYOTTI NANYA E
OUTROS

EMENTA: *ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM
GARANTIA. PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR
FIDUCIANTE. LEGITIMIDADE CONSTI-*

*TUCIONAL. INOCORRÊNCIA DE TRANS-
GRESSÃO AO PACTO DE SÃO JOSÉ DA
COSTA RICA (CONVENÇÃO AMERICANA
SOBRE DIREITOS HUMANOS). RECURSO
EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PRO-
VIDO.*

— A *prisão civil* do devedor fiduciante, nas condições em que prevista pelo DL nº 911/69, *reveste-se* de plena legitimidade constitucional e *não transgride* o sistema de proteção instituído pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

A jurisprudência do Supremo Tribunal Fe-

deral tem enfatizado que a *equiparação* do devedor fiduciante ao depositário infiel *não* ofende a Constituição da República. *Precedentes*.

DECISÃO: O acórdão ora impugnado *diverge*, frontalmente, da orientação jurisprudencial firmado pelo *Plenário* do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o *HC 72.131-RJ*, Rel. p/ o acórdão Min. MOREIRA ALVES, decidiu que se *reveste* de plena legitimidade constitucional o diploma legislativo (DL nº 911/69) que *autoriza* a prisão civil do devedor fiduciante, se este, *sem justa causa*, deixa de entregar, ao credor, o bem alienado fiduciariamente em garantia *ou*, então, a importância equivalente em dinheiro.

Cabe assinalar, por necessário, que esse entendimento jurisprudencial tem sido *reafirmado* por *ambas* as Turmas do Supremo Tribunal Federal (*RTJ 163/312*, Rel. Min. MOREIRA ALVES — *RTJ 164/213*, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA — *HC 74.798-MG*, Rel. Min. ILMAR GALVÃO — *HC 74.875-SP*, Rel. Min. SYDNEY SANCHES — *RE 206.086-SP*, Rel. Min. ILMAR GALVÃO — *RE 230.624-PR*, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA), cujas decisões *ênfatisam* que a prisão civil do devedor fiduciante *não transgred* a Constituição da República e *nem ofende* o sistema de proteção instituído pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

É preciso não perder de perspectiva que a vedação da prisão civil por dívida, no sistema jurídico brasileiro, possui extração constitucional. A Lei Fundamental, ao estabelecer as bases do regime que define a liberdade individual, consagra, *em tema de prisão civil por dívida*, uma tradição republicana, que, iniciada pela *Constituição de 1934* (art. 113, n. 30), tem sido observada, com a só exceção da Carta de 1937, pelos *sucessivos* documentos constitucionais brasileiros (*CF/46*, art. 141, § 32; *CF/67*, art. 150, § 17; *CF/69*, art. 153, § 17). A Constituição de 1988, perfilhando essa mesma orientação, dispõe, em seu art. 5º, LXVII, que “*Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel*”.

Esse preceito da Carta Federal brasileira qualifica-se como típica norma revestida de eficácia contida ou restringível, eis que, em função de seu próprio conteúdo material, *contempla* a possibilidade de o legislador comum limitar o alcance da vedação constitucional pertinente à prisão civil, *autorizando-o* a excepcionar a cláusula proibitória em duas *únicas* hipóteses: (a) inadimplemento de obrigação alimentar e (b) infidelidade depositária.

Note-se, portanto, considerada a especial qualificação desse preceito constitucional, definido como norma de eficácia contida — consoante proclama o magistério da doutrina (JOSÉ AFONSO DA SILVA, “*Aplicabilidade das Normas Constitucionais*”, p. 97, 1968, RT; MARIA HELENA DINIZ, “*Norma Constitucional e seus Efeitos*”, p. 101, 1989, Saraiva, v.g.) — que a *possibilidade jurídica* de o Congresso Nacional instituir a prisão civil nos casos de infidelidade depositária *encontra* fundamento na própria Constituição, cuja autoridade normativa *não pode e nem deve* expor-se a mecanismos de limitação fixados em sede de tratados internacionais, como o *Pacto de São José da Costa Rica* (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

Na realidade, o Pacto de São José da Costa Rica constitui instrumento normativo destinado a desempenhar um papel de extremo relevo no âmbito do sistema interamericano de proteção aos direitos básicos da pessoa humana, qualificando-se, sob tal perspectiva, como peça complementar no processo de tutela das liberdades públicas fundamentais.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao dispor sobre o estatuto jurídico da liberdade pessoal, prescreve, em seu art. 7º, n. 7, que “*Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar*”.

É inquestionável, dentro do sistema jurídico brasileiro, que a normatividade emergente dos tratados internacionais permite situar tais atos de direito internacional público, o que concerne à hierarquia das fontes, no mesmo plano e grau de eficácia em que se posicionam

as leis interna *de caráter meramente ordinário*, como reconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 58/70 — RTJ 83/809 — ADI 1.480-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO) e acentua o magistério da doutrina (JOSÉ ALFREDO BORGES), in *Revista de Direito Tributário*, vol. 27/28, p. 170-173; FRANCISCO CAMPOS, in *RDA* 47/452; ANTÔNIO ROBERTO SAMPAIO DÓRIA, “Da Lei Tributária no Tempo”, p. 41, 1968; GERALDO ATALIBA, “Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário”, p. 110, 1969, RT; IRINEU STRENGER, “Curso de Direito Internacional Privado”, p. 108/112, 1978, Forense; JOSÉ FRANCISCO REZEK, “Direito dos Tratados”, p. 470/575, itens 393-395, 1984, Forense, v.g.).

Inexiste, na perspectiva do modelo constitucional vigente no Brasil, *qualquer* precedência ou primazia hierárquico-normativa dos tratados ou convenções internacionais sobre o direito positivo interno, *sobretudo em face das cláusulas inscritas no texto da Constituição da República*, eis que a ordem normativa externa não se superpõe, em hipótese alguma, ao que prescreve a Lei Fundamental da República.

Impende salientar, por isso mesmo, que a cláusula inscrita no art. 7º, nº 7, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos — que omite qualquer referência normativa à possibilidade de decretação da prisão civil do depositário infiel — *não vincula o legislador constituinte*, que *sempre* poderá dispor em sentido contrário *no próprio da Constituição*.

Sempre reconhecendo a *necessária* submissão hierárquico normativa dos tratados internacionais à ordem jurídica *subordinante* consubstanciada na Lei Fundamental da República (ADI 1.480-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO), impõe-se acentuar, neste ponto, que *não há* como emprestar à cláusula inscrita no art. 5º, § 2º, da Carta Política um sentido exegético que condicione, *ou* que iniba, *ou*, até mesmo, que virtualmente impossibilite o Congresso Nacional de exercer, em plenitude, as típicas funções institucionais que lhe foram deferidas pelo documento constitucional, *especialmente* quando este outorga ao Poder

Legislativo *expressa* autorização para disciplinar e instituir a prisão civil relativamente ao depositário infiel.

A ordem constitucional vigente no Brasil *não pode* sofrer interpretação que conduza ao reconhecimento de que o Estado brasileiro, mediante convenção internacional, ter-se-ia interditado a possibilidade de exercer, no plano interno, a competência institucional que lhe foi outorgada expressamente pela própria Constituição da República.

Os tratados internacionais não podem transgredir a normatividade emergente da Constituição, pois, *além de não disporem* de autoridade para restringir a eficácia jurídica das cláusulas constitucionais, *não possuem* força para conter ou para delimitar a esfera de abrangência normativa dos preceitos inscritos no texto da Lei Fundamental.

Não me parece, por isso mesmo — *especialmente* se considerada advertência feita pelo Supremo Tribunal Federal (RTJ 164/214, item n. 4) — que o Estado brasileiro deve ter inibida a prerrogativa institucional de legislar sobre prisão civil, sob o fundamento de que o Pacto de São José teria pré-excluído, em sede convencional, a possibilidade de disciplina desse *mesmo* tema pelo Congresso Nacional. É que, *no caso em exame*, não se pode perder de perspectiva a *relevantíssima* circunstância de que *existe* expressa autorização constitucional, inscrita no texto da Constituição brasileira, *permitindo* ao legislador comum a instituição da prisão civil *precisamente* na hipótese de infidelidade depositária.

Diversa seria a situação, se a Constituição do Brasil — à semelhança de que *hoje* estabelece a Constituição argentina de 1853, no texto emendado pela Reforma Constitucional de 1994 (art. 75, n. 22) — *houvesse* outorgado hierarquia constitucional aos tratados celebrados em matéria de direitos humanos.

Tal, porém, como já enfatizado, *não* ocorre no sistema de direito positivo vigente no Brasil.

A *indiscutível supremacia da ordem constitucional brasileira sobre os tratados internacionais* (ADI 1.480-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO), portanto, além de traduzir um imperativo que decorre de nossa própria

Constituição (art. 102, III, b), reflete o sistema, que, *com algumas poucas exceções*, tem prevalecido no plano do direito comparado, que considera *inválida* a convenção internacional que se oponha, *ou* que restrinja o conteúdo eficácia, *ou*, ainda, que importe em alteração da Lei Fundamental (*Constituição da Nicarágua de 1987*, art. 182; *Constituição da Colômbia de 1991*, art. 241, n. 10; *Constituição da República da Bulgária de 1991*, art. 149, § 1º, n. 4, v.g.).

Como as *exceções derogatórias* ao postulado fundamental que veda a prisão civil por dívida possuem inquestionável matriz constitucional (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “*Comentários à Constituição Brasileira de 1988*”, vol. 1/74, 1990, Saraiva; CELSO RIBEIRO BASTOS, “*Comentários à Constituição do Brasil*”, vol. 2/305-306, 1989, Saraiva), torna-se evidente que a legitimidade jurídica da prisão civil do depositário infiel tem, na própria Constituição — e não em outros instrumentos normativos de inferior qualificação hierárquica — o fundamento de sua autoridade e o suporte direto de sua validade e eficácia.

Desse modo, não há como fazer abstração da Constituição, para, com evidente desprestígio da normatividade que dela emana, conferir, *sem razão jurídica*, precedência a uma convenção internacional.

É por essa razão que a Colenda Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal — em momento no qual já se incorporara ao direito positivo interno do Brasil a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/92) — assim se pronunciou:

“O Decreto-lei nº 911/69 foi recepcionado pela ordem constitucional vigente. A equiparação do devedor fiduciante ao depositário infiel não afronta a Carta da República. Legítima, assim, a prisão civil do devedor fiduciante que descumpre, sem justificação, ordem judicial para entregar a coisa ou o seu equivalente em dinheiro. Precedente do STF.”

(Hc 71.286-0-MG, Rel. Min. FRANCISCO REZEK — grifei)

É preciso ter presente, ainda — tal como enfatizado pelo eminente Ministro MOREI-

RA ALVES, em obra monográfica que versa o tema da *alienação fiduciária em garantia* — que a prisão cível do depositário infiel legitima-se, *tanto* na hipótese do depósito convencional, *quanto* no caso do depósito legal, cabendo destacar, *ainda*, a ênfase com que esse ilustre magistrado e professor rejeita a objeção daqueles que não identificam, no negócio jurídico em questão, situação tipificadora de depósito (“*Da Alienação Fiduciária em Garantia*”, p. 199/200, 1973, Saraiva), *verbis*:

“Apesar desse preceito expresso de lei ordinária — o art. 4º do Decreto-lei nº 911 —, poder-se-á, ainda, pretender a inconstitucionalidade da norma, com base na circunstância de que, no caso, não ocorreria, em verdade, depósito, mas situação bastante diversa que a lei ordinária equipara a depósito, o que não poderia fazê-lo em face do texto constitucional (art. 153, § 17), que reza ‘Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso de depositário infiel ou do responsável pelo inadimplimento de obrigação alimentar, na forma da lei’. Se o legislador, através de equiparação a depositário de quem não tivesse as características deste, pudesse elastecer os casos de prisão civil, a norma constitucional seria violada pelo arbítrio da lei ordinária.

A nosso ver, não há, na espécie, qualquer vislumbre de inconstitucionalidade. Não fora assim e também não deveria caber ação de depósito contra hospedeiros ou estalajadeiro, com fundamento na equiparação feita no art. 1.284 do Código Civil, onde se lê: ‘A esses depósitos é equiparado o das bagagens dos viajantes, hóspedes ou fregueses, nas hospedarias, estalagens ou casas de pensão, onde eles estiverem. Parágrafo único. Os hospedeiros ou estalajadeiros por elas responderão como depositários, bem como pelos furtos e roubos que perpetrarem as pessoas empregadas ou admitidas nas suas casas’. Nem se pretenda que, em se tratando de alienação fiduciária em garantia, não haveria essa equiparação, porque é da índole da posse direta do alienante o uso e gozo da coisa. Isso em nada desnatura o depósito legal, pois, até no convencional, podem as partes estipular —

como permite o art. 1.275 do Código Civil — que o depositário se servirá da coisa depositada.

Outrossim, acentua Pontes de Miranda, ao comentar o art. 150 § 17, da Constituição Federal de 1967 (cujo texto foi reproduzido, *'ipsis verbis'*, no art. 153, § 17 da Emenda Constitucional nº 1): *‘O texto emprega a expressão ‘depósito infiel’, mas em sentido genérico. Portanto, não ofende a Constituição de 1967, art. 150, § 17, a regra jurídica sobre prisão civil por se recusar o depósito, extra-judicial ou judicial, a devolver o que recebeu, ou aquilo que lhe foi, por sucessão às suas mãos; como também não a infringe a regra jurídica, que a crie ou mantenha, para aqueles casos em que o possuidor ou tenedor da coisa alheia responde como o depositário. Na técnica legislativa, responde como depositário que recusa entrega do bem alheio.’*

Não custa enfatizar, finalmente, que a prisão civil, embora medida privativa da liberdade de locomoção física do depositário infiel, não tem conotação penal (HC 71.038-MG, Rel. Min. CELSO DE MELLO), pois a sua única finalidade consiste em *compelir* o devedor a satisfazer obrigação que somente a ele compete executar. Trata-se, na realidade, como assevera PONTES DE MIRANDA, *“de efeito de pretensão civil e não criminal”*. POR ISSO MESMO, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar a prisão civil, nela destacou o *“caráter construtivo”* que lhe identifica — como elemento primordial que é — a sua própria configuração jurídica (RHC 66.627-SP, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI).

Embora de utilização excepcional, o instituto da prisão civil qualifica-se — *sempre despojado de qualquer conteúdo penal* — como *“meio coercitivo para obter-se a resti-*

tuição do depósito” (CLÓVIS BEVILÁQUA, *“Código Civil”*, vol. V, comentários ao art. 1.287), constituindo, para esse efeito, instrumento *“de coerção processual destinado a compelir o devedor a cumprir a obrigação não satisfeita”* (JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES, *“A Ação de Depósito e o Pedido de Prisão”*, in *“Revista de Processo”*, vol. 36/12).

Em suma: a prisão civil do devedor fiduciante, nas condições em que prevista pelo DL nº 911/69, reveste-se de plena legitimidade constitucional e não transgride o sistema de proteção instituído pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), consoante reafirmou, uma vez mais, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 206.482-SP, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por isso mesmo, tem enfatizado que a equiparação do devedor fiduciante ao depositário infiel não ofende a Constituição da República.

Sendo assim, tendo em consideração os precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, *conheço e dou provimento* ao presente recurso extraordinário (CPC, art. 557, § 1º — A, com a redação dada pela Lei nº 9.756/98, para, *desconstituindo* o acórdão recorrido, *estabelecer*, em sua integridade, a sentença proferida pelo magistrado de primeira instância (Processo nº 82/93) — 32ª Vara Cível do Foro Central da comarca da Capital/SP) que *decretou* a prisão civil da parte ora recorrida, *invertidos* os ônus da sucumbência.

Publique-se.

Brasília, 02 de setembro de 1999.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator